

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ALTERNATIVA  
PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Carla Cristiane Mueller**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO  
DE MUNICÍPIOS**

**Carla Cristiane Mueller**

Monografia apresentada ao curso de especialização do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Educação Ambiental**

Orientador: Prof. Dr. Clayton Hillig

Co-Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Wanderléia Elizabeth Brinckmann

Santa Maria, RS, Brasil  
2011

**Universidade Federal de Santa Maria - UFSM**  
**Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO  
DE MUNICÍPIOS**

elaborada por

**Carla Cristiane Mueller**

**como requisito parcial para obtenção do grau de  
Especialista em Educação Ambiental**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Profº Clayton Hillig Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

---

Profº Luis Ernani Araujo Bonesso Dr. (UFSM)

---

Profª, Elisane Maria Rampelotto Drª (UFSM)

Santa Maria, 25 de novembro de 2011

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ser a minha base forte; a minha inspiração de viver;

Ao meu marido Edson Stein, pela paciência, dedicação e apoio em todas as fases do curso;

Ao meu Sócio e amigo Ubirajara de Almeida pelas grandes contribuições filosóficas e práticas e pela total participação neste trabalho de Educação Ambiental;

Ao prof<sup>o</sup> Dr. Clayton Hillig, meu professor orientador, pela atenção e pela motivação constante, fundamental para a concretização deste trabalho;

À prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Wanderléia Elizabeth Brinckmann, minha co-orientadora, amiga e inspiração para a realização desta pesquisa;

Aos professores e gestores escolares dos municípios de Vale do Sol, Candelária e Vera Cruz pela parceria neste trabalho.

“Educação gera conhecimento que gera sabedoria e só um povo sábio pode mudar o seu destino”.

Samuel Lima

## **RESUMO**

Monografia

Especialização em Educação Ambiental Universidade Federal de Santa Maria- UFSM

# **EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS**

AUTORA: Carla Cristiane Mueller

ORIENTADOR: Profº Clayton Hillig

CO-ORIENTAÇÃO: Profª Wanderléia Elizabeth Brinckmann

Data e Local da Defesa: Pólo de Agudo, 25 de novembro de 2011

Promover um Desenvolvimento Local Sustentável requer conhecimentos dos gestores públicos e privados, das associações comunitárias, dos sindicatos e de uma ferramenta fundamental de transformação da cultura e do conhecimento de uma sociedade que é o Professor. A qualificação dos gestores e educadores é importante para que possam, com ferramentas de participação, buscar junto à comunidade os objetivos que a mesma tem em relação ao futuro do município e sua relação com a região. É fundamental que os gestores escolares e professores tenham consciência de que somente o conteúdo programático não é o suficiente para que os alunos tenham o conhecimento necessário e que assim ocorram mudanças de hábitos que comecem a praticar a cultura do Desenvolvimento Sustentável. Neste trabalho de pesquisa nosso principal objetivo foi analisar e discutir o papel da Educação Ambiental como uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento local nos municípios de Candelária, Vale do Sol e Vera Cruz, situados na região central do Rio Grande do Sul. Após, coletadas as informações de qualificação, em relação aos planos de estudo, projetos e programas que os municípios possuem, e como planejam o seu desenvolvimento, a pesquisa buscou proporcionar oficinas de qualificação aos gestores, professores e lideranças dos municípios para que pudessem instigar o desejo de estabelecer em seus municípios programas educacionais que teriam como base o respeito à cultura local, a vocação da população e as condições geográficas e também ambientais de cada região.

Palavras-Chave: Saberes Locais. Educação. Desenvolvimento Local.

## **ABSTRACT**

Monograph Post-Graduate Specialization in Environmental Education Federal  
University of Santa Maria

### **ENVIRONMENTAL EDUCATION FOR THE LOCAL DEVELOPMENT: AN ALTERNATIVE FOR THE DEVELOPMENT OF MUNICIPALITIES**

**AUTHOR:** Carla Cristiane Mueller

**ADVISOR:** Clayton Hillig

**CO-ADVISOR:** Wanderléia Elizabeth Brinckmann

**Date and Location of Defense:** Agudo, November 25, 2011

Promoting Sustainable Local Development requires a knowledge of public and private managers, community associations, trade unions and an essential tool for the transformation of culture and knowledge of a society that is the Teacher. The qualification of managers and educators is important so that, with tools for participation in the community get the goals that it has about the future of the city and its relationship with the region. It is essential that school administrators and teachers are aware that only the program content is not enough that students have the necessary knowledge and thus cause changes in habits to begin practicing the culture of Sustainable Development. In this research work our main objective was to analyze and discuss the role of environmental education as a tool for the promotion of sustainable local development in the municipalities of Candelaria, Sun Valley and Vera Cruz, situated in the central region of Rio Grande do Sul after, qualification information collected in relation to study plans, projects and programs that municipalities have, and how they plan their development, the research aimed to provide skills workshops for managers, teachers and leaders of municipalities so that they could instill the desire to establish educational programs in their communities as a basis that would respect the local culture, the vocation of the population and geographical conditions as well as environmental conditions of each region.

**Keywords:** Local Knowledge. Education. Local Development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Área de Estudo.....	12
Figura 2 - Gráfico do Índice de Desenvolvimento Municipal.....	13
Figura 3 - Gráfico do Índice de Desenvolvimento Municipal.....	36
Figura 4- Gráfico do Índice de Desenvolvimento Municipal.....	36



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Sugestões por Grupo de Professores.....	27
Quadro 2 - Temas de Interesse sugeridos pelos professores.....	30
Quadro 3 – Gestão Educacional.....	36

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>17</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>23</b>
4.1 Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Sustentável.....	23
4.2 Meio Ambiente e Ecologia.....	25
4.3 Educação Ambiental e Currículo Escolar.....	26
4.4 Definição de Espaço Escolar.....	29
4.5 Identidade Cultural e Saberes Locais.....	31
4.6 Experiências de Projetos dos Municípios.....	33
4.7 Educação Socioambiental.....	36
4.8 Modelos de Sistemática: Uma Proposta de Mapa Conceitual.....	37
4.8.1 Sugestão de Metodologia.....	37
4.8.2 Mapa Conceitual.....	38
4.8.3 Descrição de como utilizar o mapa.....	39
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>44</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Dias (2005) em seus escritos destaca que “a Educação Ambiental por ser renovadora e capaz de induzir novas formas de conduta nos indivíduos e na sociedade, por lidar com as realidades locais, por adotar uma abordagem que considera todos os aspectos que compõem a questão ambiental – aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, éticos, ecológicos, científicos e tecnológicos, por ser catalisadora de uma educação para o exercício pleno e responsável de cidadania, pode e deve ser o agente otimizador de novos processos educativos que conduzam as pessoas por caminhos onde se vislumbre a possibilidade de mudanças e melhoria do seu ambiente total e da qualidade da sua experiência humana”. Layargues (2004) destaca que “por ser um processo educativo de cunho político a EA deve desenvolver a criticidade dos autores que com ela trabalham nas diferentes instituições (escolas, secretarias de governo e empresas)”.

Educação Ambiental é, portanto, um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática. (Layargues, 2004, p 10).

As ações de Educação Ambiental devem desenvolver o espírito crítico e a criatividade do cidadão quanto às alternativas locais de desenvolvimento sustentável, na busca de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Ela precisa estimular o envolvimento, a motivação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento do programa, a cooperação, a solidariedade e a parceria entre indivíduos, grupos e instituições, de forma a possibilitar ações integradas e compartilhadas pelos diversos segmentos da comunidade, atores principais desse processo. Assim sendo trabalhar a questão Social da Educação Ambiental é um elemento importante, que pode orientar o desenvolvimento de municípios.

Educação para uma vida sustentável envolve uma pedagogia centrada na compreensão da vida, uma experiência de aprendizagem no mundo real que supere a nossa alienação da natureza e reacenda o senso de participação e um currículo que ensine às nossas crianças os princípios básicos da sustentabilidade (CAPRA, 2002, p 44).

Neste sentido nos remetemos às leis que regem esta temática no Brasil e que serão nosso ponto de partida para o debate e verificação dos planos e programas de Educação Ambiental dos municípios, e se estes cumprem com as normativas para alcançar o tipo de desenvolvimento proposto e desejado.

O desenvolvimento da pesquisa aconteceu na região central do Rio Grande do Sul, no Vale do Rio Pardo, compreendendo três municípios com menos de 35.000 mil habitantes (Vera Cruz, Vale do Sol e Candelária) Figura 1.

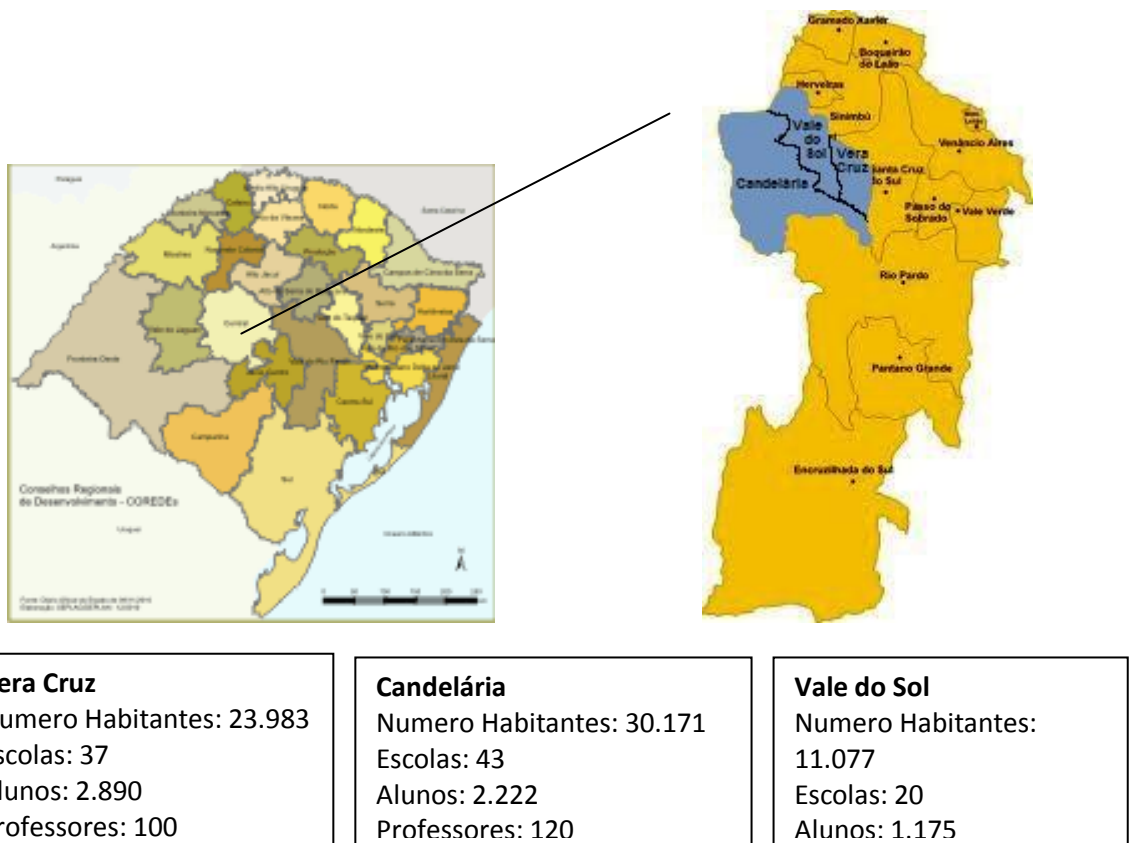
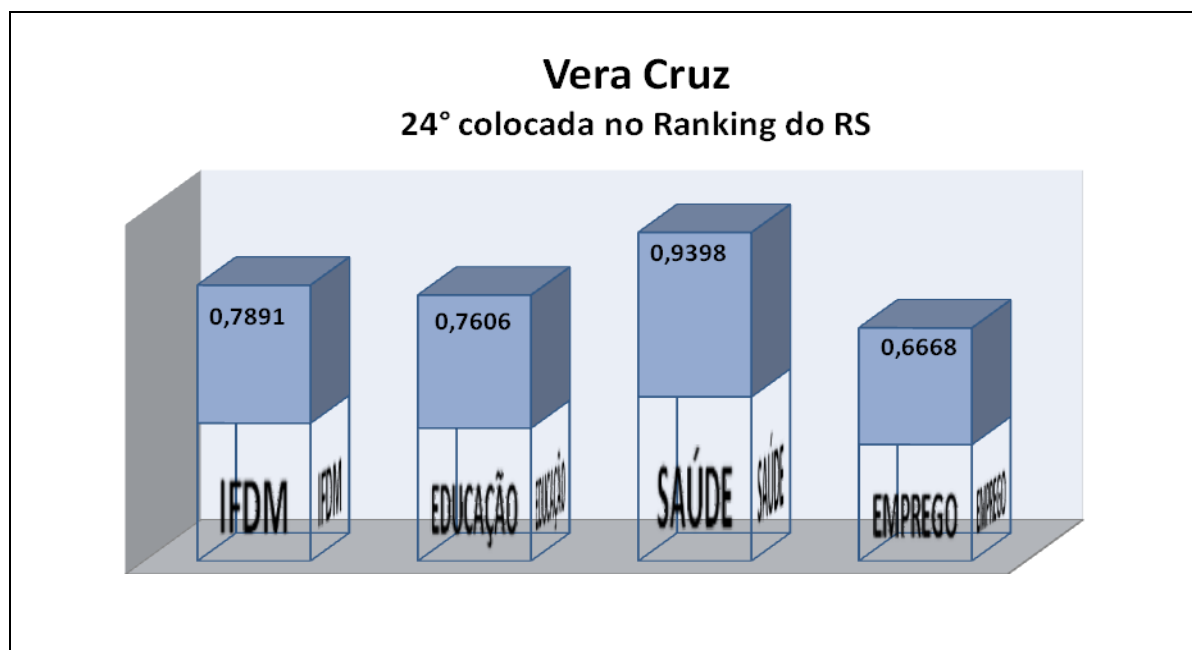


Figura 1: Localização da Área de Estudo

Fonte: Censo do IBGE de 2010

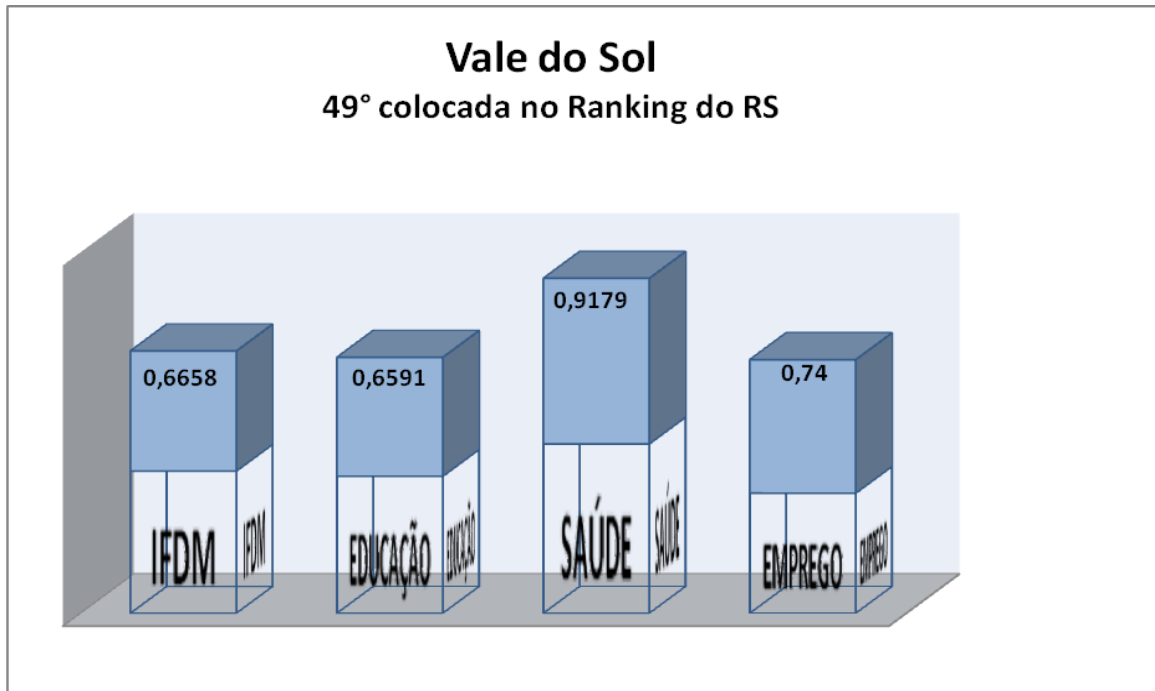
As propriedades rurais destes Municípios têm uma média de 16.9 hectares, dos quais grande parte destas propriedades se encontra em áreas de APPs, remanescentes da mata atlântica e relevo que dificulta a agricultura. A produção

agrícola predominante é o tabaco, que mesmo com o aumento da tecnologia e produtividade está trazendo uma menor rentabilidade ao produtor rural. Outra cultura que está se acentuando na região é a silvicultura com espécies de Eucalipto que não é uma cultura anual ocupando solo fértil onde poderiam ser cultivadas outras culturas principalmente alimentícias. Estes fatores estão desestimulando os jovens na permanência no meio rural, os quais procuram por trabalhos no meio urbano e nas cidades maiores. A estrutura política e educacional destes municípios é frágil, o índice de desenvolvimento Municipal apontado nas áreas da educação, saúde, emprego e renda e as posições ocupadas por estas cidades diante do ranking no Rio Grande do Sul comprovam a potencialidade da região enquanto também alarmam para melhorias urgentes por estarem dentro do índice moderado de Desenvolvimento conforme a pesquisa da FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) atingindo entre 0,6 e 0,8 pontos (Figura 2, 3 e 4).



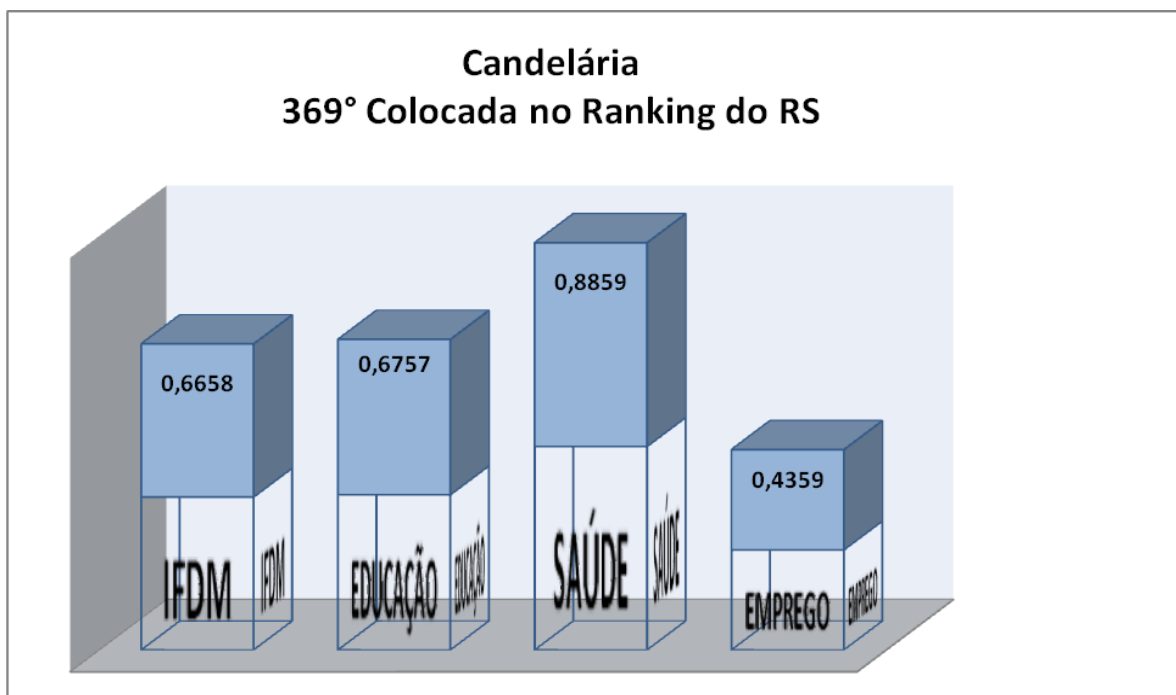
Alto desenvolvimento (superior a 0,8 pontos)
  Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
  Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
  Baixo Desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

Figura 2: Gráfico do Índice de Desenvolvimento Municipal  
Fonte: FIRJAN



Alto desenvolvimento (superior a 0,8 pontos)
  Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
  Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
  Baixo Desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

Figura 3: Gráfico do Índice de Desenvolvimento Municipal  
Fonte: FIRJAN



Alto desenvolvimento (superior a 0,8 pontos)
  Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
  Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
  Baixo Desenvolvimento (Inferiores a 0,4 pontos)

Figura 4: Gráfico do Índice de Desenvolvimento Municipal  
Fonte: FIRJAN

Conforme a Constituição Federal do Brasil, Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu Decreto regulamentador (4.281/02), “esta deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais, intervenham de modo qualificado, tanto na gestão do uso dos recursos ambientais, quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído (QUINTAS, 2006 p 13)”.

A pesquisa justifica-se, pela crescente necessidade de trabalhar processos de Educação Ambiental, buscando estratégias de recuperação dos saberes locais existentes nas comunidades, inserindo-os e integrando-os dentro do espaço escolar para consolidá-los em práticas educativas e ações que se expandam para a comunidade local em forma de desenvolvimento, qualidade de vida e sustentabilidade ao ambiente, de acordo com a vocação e identidade cultural da população.

O Projeto de pesquisa pretende ainda atender a uma demanda dos pequenos municípios da região do Vale do Rio Pardo, que precisam diversificar o seu desenvolvimento econômico, em relação à plantação do tabaco e com isso mudar todo um cenário cultural estabelecido por longos anos. Provavelmente o caminho para que aconteçam estas iniciativas locais, seria através da Educação, especificamente da escola e de seu processo formativo dentro da comunidade.

Estes municípios nos permitem observar que continuam a existir deficiências de informações relativas ao tema Educação Ambiental e uma grande quantidade de ações isoladas, iniciadas por várias entidades e setores da sociedade que deveriam estar sistematizadas de forma a permitir ações concretas e permanentes que contribuíssem com o exercício da participação e da construção coletiva, que fossem alternativas de desenvolvimento sustentável em âmbito local (municípios) mais justa e igualitária para a população.

Entende-se, baseados em Capra (2002), que “Educar para uma vida sustentável exige o desenvolvimento e aplicação de uma pedagogia educacional centrada na compreensão da vida, uma experiência de aprendizagem no mundo real que supere a nossa alienação da natureza e reacenda o senso de participação além de um currículo que permita ensinar aos educandos (crianças, jovens e adultos interessados) os princípios básicos da sustentabilidade”.

Neste trabalho de pesquisa nosso principal objetivo foi analisar e discutir o papel da Educação Ambiental como uma ferramenta e estratégia para a promoção do desenvolvimento local com sustentabilidade, em pequenos municípios como Candelária, Vale do Sol e Vera Cruz, situados na região central do Rio Grande do Sul. Assim objetivou verificar e classificar o real conhecimento que os gestores educacionais, Secretários de Educação, orientadores educacionais e principalmente os professores têm sobre os conceitos de Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Sustentável e sua aplicabilidade dentro do espaço escolar em programas interdisciplinares de Educação Ambiental. Especificamente, investigou-se sobre a interferência dos saberes locais, das características culturais, hábitos e costumes de uma comunidade no desenvolvimento do município e como a Escola em seu papel transformador poderia utilizar estes conhecimentos e revertê-los em conhecimento e qualidade de vida para os cidadãos.

Buscou-se ainda analisar as ações e programas educacionais que os Municípios estudados (Candelária, Vera Cruz e Vale do Sol) têm para alcançar o seu desenvolvimento local e regional, se existe uma integração do processo educacional (Escolas) com a comunidade do entorno e se os seus educadores estão estimulados e engajados na proposta de desenvolvimento do município.

Este trabalho também procurou estabelecer uma seqüência de discussões e temas que precisam ser abordados e repensados no processo educacional do município, para que este alcance a sua sustentabilidade local, com desenvolvimento econômico, preservação ambiental e estabilidade social. A pesquisa procurou apresentar subsídios que pudessem fazer compreender as idéias discutidas, sugerindo um modelo, uma sistemática com conceitos que pudessem ser seguidos e copiados pelas Secretarias de Educação, para assim fomentar a implantação de projetos e trabalhar temas articulados com a comunidade.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Ambiental é antes de tudo educação, não uma educação no sentido genérico, mas aquela que se nutre de pedagogias orientadas para a transformação social, devendo, portanto, estar contextualizada nas práticas sociais e presente em todos os espaços que educam o cidadão.

Alguns dos conceitos básicos que destaca Jacobi (2004) e que os educadores ambientais deverão incorporar para que lhes seja possível uma interpretação adequada da realidade e que, “ao mesmo tempo, venham a constituir-se em elementos básicos do novo paradigma emergente são os conceitos de estrutura, de sistema como um todo, que juntos compõe as etapas para o desenvolvimento de uma região”.

Nesta nova abordagem o sistema teórico a ser aplicado que por sua condição e objetivos manifesta a mais ampla transdisciplinaridade, se fundamenta na idéia de que o conjunto de acontecimentos observáveis apresenta estruturas coerentes, está baseado na construção coletiva do conhecimento, na ação reflexiva e consciente e nas mudanças éticas de comportamentos tendentes a concretizar processos de tomada de decisões participativas e democráticas: Permite ademais a compreensão das repercussões das condições atuais da educação, nas relações sociais, nos processos de análise crítica, de reflexão e de gestão socioambiental (BRINKMANN, W & MUELLER C.C., 2010)

De forma que, sob um novo olhar ético, a educação ambiental deve se estabelecer como “um processo que consista em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do meio ambiente, para que elas possam desenvolver valores e atitudes que lhes permita adotar uma posição crítica e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais, visando-se a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado, a construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças, e a liberdade para decidir na busca de caminhos alternativos de desenvolvimento (MEDINA, 2002)”. Nessa perspectiva, será sumamente importante:

- Compreender a natureza sistêmica e complexa do meio resultante da interação de aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais;

- Revisar atitudes e valores a respeito do meio ambiente, para reorientar as posições éticas que sustentam a ação, como a prática da tomada de decisões;
- Vincular desenvolvimento ao meio ambiente;
- Participar na construção dos ideais coletivos.

Considerando Morin (1992), “devemos ter a visão da globalidade, do intercâmbio, da interdisciplinaridade que nos permitem a comunicação com a sociedade. Conforme o autor, tudo no universo está ligado: pátria, nação, universalidade, identidade, ecologia, política, comunidade, sendo impossível tratar de forma retalhada o que é tecido junto”.

Nas práticas de Educação Ambiental que desenvolvemos, cometemos todos os educadores e gestores, um grande equívoco ao tratar como um mero amontoado de elementos ao Meio Ambiente, que é um sistema complexo. De forma que tomar consciência que o verdadeiro objetivo do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida das pessoas é um processo que torna possível aos seres humanos perceberem o seu potencial, obter autoconfiança e uma vida plena, com dignidade e satisfação. “O crescimento econômico é um importante componente do desenvolvimento, porém não pode ser um objetivo isolado, nem tampouco prosseguir indefinidamente. O desenvolvimento só é verdadeiro quando melhorar a nossa vida em todos os seus aspectos e a Educação Ambiental deve estar direcionada a este objetivo (FREIRE, C. C. DE OMENA, 2009)”.

Atualmente, há certo esquecimento dos professores em relação às potencialidades de seus estudantes em sala de aula, esquecendo-se de que são capazes de recriar o conhecimento, como enfoca Attico Chassot “é preciso abandonar a *assepsia*. Há necessidade de tornar o nosso ensino mais sujo, isto é, encharcá-lo na realidade” (CHASSOT, 2001, p. 98), o que mostra a real necessidade de mudar nossas práticas enquanto professores e aproximar a matéria ensinada da realidade de cada região, buscar conhecer o que cerca o aluno, seu conhecimento já adquirido, necessidades e saber transformá-las em conteúdo didático. “Muitas vezes, o estímulo para o aluno estudar, deve vir fundamentalmente do seu envolvimento com a proposta de trabalho da escola”, como destaca (VASCONCELOS, 1998), o que pode ser reforçado quando ocorre participação efetiva no momento da construção da mesma, levando maior motivação ao

estudante, e deixando claro para ele que estudar é bom, saudável e pode ajudá-lo a melhorar a sua própria vida na comunidade.

A alfabetização científica pode ser considerada como uma das dimensões para potencializar alternativas que privilegiem uma educação mais comprometida, mais aberta e voltada para a natureza como um todo. Attico Chassot (2001) em seu livro sobre “a concepção da ciência e do método científico afirma que devem ter uma linguagem, um conjunto de conhecimentos que facilite aos homens e mulheres fazer a leitura do mundo onde vivem”.

Insisto em expor as colocações de Attico Chassot neste trabalho, pois o mesmo compara a falta de iniciativas científicas com a extinção de sementes caipiras, ou seja, ele explica que a busca de saberes populares que estão em extinção devem virar saberes escolares. Este autor defende “uma alternativa de ensino mais impregnado com posturas mais holísticas, isto é com um ensino de Ciências que contemple aspectos históricos, dimensões ambientais, posturas éticas e políticas, encharcadas na procura de saberes populares para fazê-los saberes escolares”. Os professores devem estar cada vez mais preparados para reelaborar as informações que recebem, dentre elas, as ambientais, a fim de poderem transmitir e decodificar para os alunos a expressão dos significados sobre o meio ambiente e a ecologia nas suas múltiplas determinações e interseções. A ênfase deve ser a capacitação para perceber as relações entre as áreas como um todo, enfatizando uma formação local e global, buscando marcar a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades.

As escolas trabalham geralmente com atividades formais, com temas geradores predominantemente como lixo, proteção do verde, degradação dos mananciais, mas para fazer acontecer à interdisciplinaridade, é preciso muito mais do que isso, trabalhar a Educação Ambiental é um longo processo de aprendizagem, que valoriza as diversas formas de conhecimento e constitui cidadãos com consciência local e uma visão global do planeta, com atividades muito além das formais. Da mesma forma o Geógrafo Aziz AB'Saber (REVISTA NOVA ESCOLA, JUNHO 2001, p 5) diz,

A Educação Básica deveria preocupar-se em incentivar o aluno a construir o conhecimento da região em que vive, então a escola, com o consentimento da gestão escolar e a participação da comunidade escolar, tem que planejar o que querem e o que devem seus filhos aprender da região, para qualificar

a vida na comunidade em que vivem. Sem conhecer o ambiente em que vivem, não saberão cuidá-lo.

O mesmo autor explica enfaticamente que a “Educação ambiental é uma coisa mais séria do que geralmente tem sido apresentada em nosso meio. É um apelo à seriedade do conhecimento e, uma busca de propostas corretas de aplicação de ciências. Uma “coisa” que se identifica com um processo. Um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades e de construção conjunta do futuro da comunidade local, o que não é nada simples. Uma ação, entre missionária e utópica, destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Um esforço permanente de reflexão sobre o destino do homem, de todos os homens, em face de harmonia das condições naturais e o futuro do planeta ‘vivente’, por excelência. Um processo de Educação que garante um compromisso com o futuro. Envolvendo uma nova filosofia de vida. E, um novo ideário comportamental, tanto em âmbito individual, quanto na escala coletiva”.

Enfim, Educação Ambiental exige método e conhecimentos sobre diferentes realidades regionais. São, sobretudo, códigos de linguagem adaptados às faixas etárias do alunado. É um processo que, necessariamente, revitaliza a pesquisa de campo, por parte dos professores e dos alunos. Implica em um exercício permanente de interdisciplinaridade. Nesse sentido, a Educação Ambiental, bem conduzida, colabora efetivamente para aperfeiçoar um processo educativo maior, sinalizando para a conquista ou reconquista da cidadania. É a nova “ponte” entre sabedoria popular e a consciência técnico-científica. Assim afirma Aziz Ab’Saber,

A educação ambiental obriga-nos a um entendimento claro sobre a projeção dos homens em ambientes terrestres, herdados da natureza e da história. O lugar de cada um nos espaços remanescentes de uma natureza modificada; o lugar de cada um nos espaços sociais criados pelas condicionantes socioeconômicas. No balanço de fim de século, restaram poucas contribuições positivas para garantir o futuro da humanidade. A educação ambiental será, com toda certeza, um dos poucos instrumentos com maior ressonância para defesa da vida. E, para a reeducação dos pais através da consciência cultural de uma juventude que não admite o imediatismo, ou a guerra e cultua a justiça social (REVISTA NOVA ESCOLA, JUNHO 2001, p 5).

### 3. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, fez-se uso de metodologias de cunho participativo e social porque entende-se que, com o desenvolvimento de suas exigências metodológicas as propostas de pesquisa alternativa (participativas e de ação comprometida e responsável) poderão vir a desempenhar um importante papel nos estudos e na aprendizagem dos pesquisadores e de todas as pessoas ou grupos implicados em situações ambientais problemáticas. Trata-se de facilitar a busca de soluções aos problemas socioambientais reais para os quais os procedimentos convencionais tem pouco contribuído. “Devido à urgência de tais problemas (educação, informática, práticas políticas) os procedimentos escolhidos devem obedecer a prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação, no qual os participantes tenham voz e vez (THIOLLENT, 1992)”.

Neste sentido, a pesquisa ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada com estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 2002,p 60).

Iniciou-se a pesquisa, com a análise dos planos de estudos que orientam o processo escolar nas Secretarias de Educação em cada um dos municípios, na procura de dados e elementos dos programas de ensino que abordassem a Educação Ambiental.

Em segunda fase, realizou-se visitas as Secretarias de Educação dos três municípios envolvidos, para conversar com os coordenadores pedagógicos, supervisores, secretários e professores e assim colher alguns depoimentos de vídeo e registros por escrito sobre a organização do currículo escolar e a abordagem de temas que envolvem o desenvolvimento do município.

Para buscar mais informações sobre os municípios de pesquisa, reunimos os profissionais da educação através da realização de oficinas, onde se abriu um círculo de debates com perguntas norteadoras. Estas oficinas foram realizadas no intuito de questionar os professores sobre o processo escolar e o método de ensino utilizado para atingir o desenvolvimento local e sustentável nos municípios. As perguntas norteadoras foram:

**1- Como podemos melhorar a nossa atuação como profissionais e caminhar rumo ao desenvolvimento de nosso município?**

**2- Os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos, abordam a realidade ambiental de cada localidade do município? Apontam problemas e criam soluções?**

**3- Como funcionam os projetos junto á comunidade escolar? Eles interagem com as pessoas?**

**4- Como uma educação voltada ao meio em que vivemos pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável de um município?**

Ainda na metodologia, foram criados grupos de trabalho (quatro integrantes em cada grupo, que debatem entre si e assim sucessivamente com todos os outros grupos), após o debate de idéias, cada grupo expõe suas contribuições em Plenária. Este método conseguiu a participação de todos os educadores tanto no compartilhamento das informações como também na coleta dos dados para estudo.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Sustentável

O Desenvolvimento Sustentável é alicerçado sob três princípios básicos para existir: O desenvolvimento econômico através da geração de lucros, o desenvolvimento social, através do aumento da qualidade de vida das pessoas e da igualdade social e principalmente pela conservação do meio ambiente onde se inserem as pessoas, partes importantes deste processo.

“O desenvolvimento deve satisfazer condições de sustentabilidade em relação á cada uma das cinco dimensões: Econômica, social, cultural, política e ecológica. Preservar de forma absoluta a natureza em detrimento dos valores, aspirações e qualidade de vida dos seres humanos não é sustentável (PHILIPPI, 2002, p 80)”.

“O desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente (JACOBI, 2006, p 67)”. As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade.

O desenvolvimento local sustentável é o “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (Buarque, 1994: p 17).

Acrescento á estes conceitos um meio termo, uma idéia para modificar alguns aspectos de uma cidade, município ou localidade, um grande exemplo e parâmetro que permeia a discussão sobre Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Sustentável. Trata-se do **Movimento Internacional Transitions Towns<sup>1</sup>**, de organização da sociedade civil, catalisador de uma transformação para melhorar, um movimento que engaja a sociedade sob ponto de vista político, econômico ou

religioso, não desce de nenhuma hierarquia para acontecer, é dado e colocado na mão do povo e viável em qualquer local, rural e urbano, porque promove a troca de recursos entre as pessoas, incentivando uma interação maior. A base é trazer as pessoas para promover decisões, porque todos nós somos importantes. A idéia é evoluir de uma forma viral, quanto mais ações estratégicas e foco linear, mais fortes seremos.

Com um foco, no Desenvolvimento Local dos três municípios que fazem parte desta pesquisa, partimos para a abordagem de seus conceitos e investigamos junto á base da educação, os docentes e gestores escolares, como que enfrentam este desafio e se acreditam que o município possa se desenvolver localmente e com sustentabilidade. Segundo as respostas dos profissionais da educação sobre como poderiam contribuir para desenvolver os seus municípios estes afirmaram que a sua contribuição já é enorme porque estavam ensinando as gerações novas e que num futuro próximo seriam eles os governantes, as pessoas influentes ou até mesmo os habitantes que trabalhariam para melhorar as condições de qualidade de vida. Durante as oficinas os profissionais da educação comentaram que toda responsabilidade sempre recaia sobre o professor, é sempre ele a pessoa responsável por induzir metodologias que geram resultados nos municípios, as demais pessoas e profissionais são automaticamente excluídas deste processo.

Alguns destes educadores em conversas colaterais expressaram seus anseios em reinventar o processo educativo para tal propósito, pediram ajuda e orientação para seguir com o desafio. Isto nos leva ao único modo capaz de dar suporte a estes profissionais, a Educação Ambiental, porque segundo a Conferência de Internacional do Meio Ambiente, realizada na Grécia em 1997,

A reorientação da educação como um todo com vistas á sustentabilidade envolve todos os níveis de educação, formal, informal em todos os países. O conceito de sustentabilidade compreende não somente o meio ambiente, mas também pobreza, população, saúde, segurança alimentar, democracia, direitos humanos e paz. A sustentabilidade é em última análise, um imperativo moral e ético no qual a diversidade cultural e o conhecimento tradicional precisam ser respeitados (PHILIPPI, 2002, p 81).

---

<sup>1</sup> **Movimento Internacional Transitions Tows** – Cidades em Transição, fundado por Rob Hopkins em 2006, estimulado pelo mundo todo e com várias ações em cidades brasileiras que considera o fortalecimento das comunidades como o fator mais importante para a definição de um novo modelo de desenvolvimento” (Revista Planeta, junho de 2011, p 7 e 8).



## 4.2 Meio Ambiente e Ecologia

Pela complexidade de problemas que o meio ambiente enfrenta, é muito válido que os municípios passem por experiências de Educação Ambiental, onde através de muito planejamento as ações se voltem para as relações ecológicas entre o homem e a natureza. Na descrição básica do conceito de Ecologia, obtêm-se vários conceitos, mas para esta pesquisa parte-se do princípio da interação entre Ecologia e Antropologia, que podem ser definidas como:

Parte da Biologia que estuda as relações entre os seres vivos e o meio ou ambiente em que vivem, bem como suas recíprocas influências. Ramo das ciências humanas que estuda a estrutura e o desenvolvimento das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente e sua conseqüente adaptação a ele, assim como os novos aspectos que os processos tecnológicos ou os sistemas de organização social possam acarretar para as condições de vida do homem (Ferreira, 1975, p 12).

Um bom começo para discutir problemas ambientais em uma comunidade são os Conselhos Municipais de Meio Ambiente que colaboram para a formulação da política municipal de proteção ao meio ambiente através de planos, projetos, programas e diretrizes que regem as leis ambientais do município. Os três municípios estudados possuem seus planos ambientais, onde diagnosticam problemas e apresentam medidas de controle em relação ao meio ambiente. Como especifica o Plano Ambiental do Município de Vale do Sol,

Este Plano é um instrumento que o órgão público municipal e a população têm a sua disposição para promover o desenvolvimento econômico e social e a conservação do seu patrimônio ambiental. Ele ficará disponível para consulta por qualquer pessoa ou órgão governamental ou não-governamental. Haverá participação ativa, acompanhamento e fiscalização das determinações e condições contidas em qualquer estudo ambiental para a implantação e/ou licenciamento ambiental de projetos no âmbito do município de Vale do Sol (Plano Ambiental Município Vale do Sol, p 2).

É indispensável o aprofundamento do Plano com seus projetos propostos com a comunidade, no sentido de avaliar os seus objetivos, bem como, a introdução de novas metodologias no que se refere à abrangência do mesmo, sendo assim, todas as demandas que surgirem na dinâmica de desenvolvimento do município, no que se refere ao meio ambiente, estando ou não contempladas no Plano Ambiental que envolva pessoas ou comunidades, serão sempre decididas em audiências

públicas.

É importante retomar a necessidade de investir na capacitação dos agentes de transformação. Em nível municipal, onde os problemas se cristalizam sob forma de degradação ambiental, assiste-se a um total desconhecimento das autoridades quanto aos problemas básicos da comunidade e isto dificulta a possibilidade de investimentos em infra estrutura básica que são praticamente dependentes de verbas federais e estaduais.

A inserção da dimensão ambiental, no sistema educativo exige um novo modelo de professor que seja agente transformador da sua própria prática de ensinar, ou seja, que adote o processo de educação na perspectiva da interdisciplinaridade (SATO, 2003, p 24).

Todas as ações ambientais perpassam pela Educação, devido à integração entre Escola, Estudantes e Comunidade. Proporcionar a toda a população as informações pertinentes no que se refere às questões ambientais, que possam reduzir os impactos para melhorar a qualidade de vida de todos, é papel primordial da escola. Estabelecer um processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas do município, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural perpassa pela escola, mas abrange também outros setores da sociedade que se coresponsabilizem por repassar informações e gerar conhecimento.

### **4.3 Educação Ambiental e o Currículo Escolar**

A relação entre a escola e a comunidade – por vezes tensa e delicada, visto que é uma relação de poder – se estabelece também no reconhecimento da necessidade do estabelecimento de políticas socioculturais, a serem implementadas pelo empenho de todos os educadores, dentro e fora da escola, com a participação de políticas intersetoriais e intergovernamentais. Ao mesmo tempo, conseguir diminuir a distância entre a escola e a vida tem sido um desafio percorrido por muitos educadores, em diferentes tempos, desde o surgimento da escola até os dias de hoje.

Conforme Aziz AB'Saber, é fundamental que a escola proporcione aos seus alunos conhecimento local para o ensino fundamental, e regional para o ensino médio. "A educação é o meio pelo qual a criança se integra ao processo civilizatório e à sociedade. Ela deve ter três bases: o domínio do saber acumulado, as oficinas de talentos e o conhecimento da região" (Entrevista Revista Nova Escola – Edição 139 – Janeiro de 2001).

Parafraseando a Moll (2004) entendemos que "devemos construir espaços educadores em todos os âmbitos do município porque somente assim poderemos consolidar os princípios compreendidos no projeto da Cidade Educadora, na qual coexistem a cidade e o entorno como locais ricos e flexíveis, que ofertam inúmeras possibilidades de convivência e cidadania". Em seus artigos o autor explica que,

[..] a compreensão da cidade como uma grande rede ou malha de espaços pedagógicos formais (escolas, creches, faculdades, universidades, institutos) e informais (teatros, praças, museus bibliotecas, meios de comunicação, repartições públicas, igrejas, além do trânsito, do ônibus, da rua) que, pela intencionalidade das ações desenvolvidas, pode converter a cidade em território educativo, pode fazer da cidade uma pedagogia (MOLL, 2004, p 42).

Depreende-se dos debates com os educadores dos municípios envolvidos neste trabalho que o projeto a ser desenvolvido deve estar comprometido com a transformação da sociedade e a formação de cidadãos e neste sentido, o diálogo é uma das ferramentas mais eficazes. Além de reconhecer as diferenças, qualquer programa ou projeto de EA, precisa promover igualdades e estimular os ambientes de trocas em um projeto integrado e aberto, intercultural, que dê conta da complexidade do mundo contemporâneo. Nessa direção, já há experiências bem sucedidas acontecendo no Brasil, revelando a diversidade na operacionalização da Educação Ambiental.

Estamos propondo neste trabalho, uma reflexão sobre nossos exercícios diários de formação do indivíduo. O que acreditamos? A que comportamentos devemos nos opor? Que sociedade queremos ajudar a (re)formar? Por que precisamos uma educação específica direcionada ao meio onde vivemos? Seria a Educação Ambiental capaz de responder a estes anseios? A Educação Ambiental objetiva integrar estes diversos campos do saber em uma prática educativa

interdisciplinar capaz de contribuir para a compreensão de cidadãos da realidade complexa da questão ambiental?

Neste espaço fazemos usos das contribuições dos gestores escolares e professores do município de Vale do Sol, que reunidos em cinco grupos discutiram sobre como poderiam ensinar melhor e estimular o processo educativo do município. Os grupos chegaram às seguintes conclusões:

Quadro 1 - Sugestões por Grupo de Professores

GRUPO 1	Trabalho em rede; Capacitação do professor; Despertar do saber; Motivação Mútua (família, escola e aluno); Envolver e resgatar valores; Respeito professor e aluno; Aceitação no grupo.
GRUPO 2	Currículo diversificado; Políticas públicas efetivas; Tecnologias eletrônicas; Escolas sociais
GRUPO 3	Mais investimentos financeiros em Projetos; Comprometimento da família; Espaço físico e Recursos Humanos
GRUPO 4	Montar parcerias (pais e agentes comunitários); Contextualizar as atividades conforme a realidade.
GRUPO 5	Responsabilidade; Comprometimento; Conhecimento, Apreensão de comportamentos; Modificação atitudes; Evolução da sociedade.

#### 4.4 Definição de Espaço Escolar

Na disponibilidade para o diálogo, no sentido usado por Freire (1996 p 153), de “abertura respeitosa aos outros, é possível potencializar todos os agentes educativos enquanto instituições formadoras. Desta forma, a escola poderá ser afetada positivamente pelas práticas comunitárias, pela liberdade e autonomia presentes nos espaços de educação informal, pela concretude e pelo movimento da vida cotidiana”.

As propostas dos grupos e dos autores consultados apontam para a necessidade de enxergar a educação para além da escola, articulando diversos atores e instituições locais na construção de redes que se co-responsabilizem pela educação das crianças e dos jovens. Sob essa ótica, as cidades emergem com importância crescente na construção de novas formas de sociabilidade e interações, com seus múltiplos espaços de conhecimento e múltiplas oportunidades de aprendizagem, na construção de uma prática pedagógica interdisciplinar voltada à resolução de problemas de uma comunidade, busca de respostas e curiosidades que geram o conhecimento, concretização de ações efetivas de transformação da realidade social.

A experiência metodológica desenvolvida pela Escola da Ponte de Portugal nos serve como exemplo para construir nossas próprias atividades: “Em cada escola, há um Professor Comunitário com a tarefa de coordenar o conjunto de ações que lhe são atribuídas. Esse professor organiza a matriz curricular, em consonância com o projeto político-pedagógico, mediante consulta aos professores da escola. As atividades indicadas na matriz são desenvolvidas por universitários ou por agentes culturais. Essa escolha envolve também uma consulta a um “cardápio” de oficinas oferecidas pelas universidades, pelos agentes culturais da comunidade e por organizações não governamentais. A Educação Integral articulada a um projeto de cidadania está, também, intimamente, ligada a um projeto político-pedagógico de escola construído democraticamente, com a participação da comunidade” (JOSÉ PACHECO, PALESTRA EM 2011 UNISC/RS)

É necessário reiterar o papel de centralidade e de protagonismo da escola, cuja relevância social e política deverão promover a articulação entre todos os agentes sociais que demonstram potencial educativo. Isto envolve romper com o tradicional isolacionismo da escola, prevendo uma disposição para o diálogo e para a construção de um projeto político-pedagógico que contemple princípios e ações compartilhados nos municípios.

Admitindo as condições socioeducativas favoráveis do entorno – comunidade local, cidade – e das suas condições de articulação com a escola, balizados pela

centralidade do projeto político-pedagógico, é plenamente possível projetar um melhor aproveitamento escolar, ou seja, uma melhoria na qualidade das aprendizagens formais e das possibilidades de estabelecimento de relações dos conhecimentos com a vida diária dos estudantes.

Nos currículos escolares analisados nos três municípios pesquisados obteve-se uma demonstração daquilo que as crianças aprendem na escola (que não está trabalhando sob o enfoque do espaço escolar), que funcionam automaticamente, sem interferência da gestão, como é o caso das escolas multiseriadas. Estas escolas que numa regra geral ainda são maioria em número nos municípios pequenos, são também fontes variadas de conhecimento e socialização dos saberes locais. O professor de escola multiseriada mesmo com infraestrutura básica e pouco tempo transforma o espaço da escola e insere atividades ligadas à busca dos saberes locais para melhorar a relação escola/comunidade. Praticamente nos três municípios estudados todas as escolas multiseriadas têm alguma relação com a comunidade do entorno, aproveitam muitas vezes o espaço físico das comunidades, igrejas, utilizam o entrosamento dos pais para auxiliar na jardinagem e horta escolar, participam e integram ativamente aquela comunidade, pois é a ela que pertencem e é também para ela que estão preparando os seus filhos.

Nas escolas maiores, geralmente há pouco entrosamento com a comunidade, os educadores estão mais atentos as disciplinas, regras, normas, notas e menos preocupados em ensinar algo que pertença à localidade, como os costumes, a língua, formas de trabalho e sabedoria popular.

No município de Vera Cruz, a equipe pedagógica prepara constantemente seu quadro de professores com oficinas de estudo, que visam complementar as ações práticas que também são funções da escola e muitas vezes não foram repassadas nas licenciaturas. Nestas oficinas são abordados temas como a “Escola Ativa”, que é um Programa instaurado no município com a idéia de que se aproveite todo espaço escolar fornecido pela localidade do município, e que dentro dele se trabalhe questões polêmicas como cidadania, ambiente, cultura e folclore, entre outros.

Nos outros dois municípios o item espaço escolar é pouco explorado, ficando restrito ao que define a Secretaria Municipal de Educação e repassa para a escola.

#### 4.5 Identidade Cultural e Saberes Locais

A análise do espaço como campo das relações entre os próprios homens e entre os homens e o meio também tem sido realizada pela antropologia, na qual estas idéias remetem à noção de cultura local. “Conceitualizar a cultura de um local e definir o que ela é, do que se constitui e como se forma tem sido uma árdua tarefa para as ciências humanas que buscam, através de conceitos antropológicos, históricos e sociais, definições mais precisas. Buscando fugir da amplidão que tange atualmente o conceito de cultura, alguns cientistas sociais têm chamado esse conceito de identidade cultural local, ou ainda de saberes locais, (GEERTZ, 1989, p 15)”. Para Milton Santos,

Assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo. O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, é também um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos (SANTOS, 1988 p. 83).

Durante as oficinas realizadas, os professores conseguiram reunir alguns temas de interesse (Quadro 2) que poderiam ser inseridos na prática educativa do dia-a-dia escolar e com isso poderiam resgatar alguns dos saberes existentes nas comunidades, para a partir de então convertê-los em aprendizagens significativas capazes de gerar maior conhecimento sobre o próprio meio onde estão inseridos e promover uma evolução local com desenvolvimento, de acordo com a demanda de necessidades das comunidades envolvidas.

Quadro 2 - Temas interesse sugeridos pelos professores para resgate dos saberes locais em cada município.

<b>Município</b>	<b>Nº Professores</b>	<b>Temas de Interesse</b>
Vera Cruz	23	História do município, Uso de cisternas nas casas, Reaproveitamento dos resíduos orgânicos na horta de

		casa, Relações familiares e o consumo, Plantas medicinais na prevenção de enfermidades.
Vale do Sol	60	Cultura alemã, Resgate sementes crioulas, valorização recursos naturais da localidade, Agricultura Familiar e suas diversas práticas.
Candelária	25	Cultura e tradicionalismo gaúcho, Resgate do Empreendedorismo, Bem estar das pessoas, Resgate e busca pelos fósseis da cidade, Conservação do Rio Pardo.

Fonte: Oficinas de trabalho, 2011

A tabela nos surpreende com a variedade de temas que os professores conseguiram reunir em pouco tempo de atividade. Ela demonstra claramente que há interesse e motivação por parte dos docentes em resgatar alguns saberes locais. É importante acrescentar ainda, a transformação da prática pedagógica tradicional para uma prática de livre escolha, que desenvolva a curiosidade e assim possa instigar o desejo dos alunos de melhorar a sua própria comunidade. Considera-se o papel do professor fundamental neste processo de descoberta e escolha de temas de interesse, sempre para guiar e ordenar as pesquisas de seus alunos, porém a sobrecarga de trabalho muitas vezes o limita a permanecer dentro da sala de aula. Assim a maneira mais eficiente de recuperar saberes locais em uma comunidade e levá-los até a sala de aula para serem transformados em conhecimento seria através de alguns agentes educativos, que pudessem ser capacitados para atuarem em campo, nas comunidades (cidade e interior), diagnosticar problemas sociais, observar potencialidades de determinada população, investigar a identidade cultural de cada localidade do município, identificar impactos ao ambiente, enfim, estes agentes seriam o fator de ligação entre a comunidade do município e a escola (que através da educação seria a promotora de um desenvolvimento local sustentável). Os agentes educativos por sua vez necessitariam de informações técnicas, informações sobre o município de trabalho, Experiências escolares e também capacitações permanentes e em conjunto com o poder executivo do município sobre as perspectivas de desenvolvimento que a cidade busca e como a comunidade pode



se integrar á gestão da prefeitura. Sem dúvida os profissionais mais preparados para atuarem neste espaço seriam os educadores ambientais, que com um conhecimento amplo e diverso poderiam utilizar como preceito básico a Educação Ambiental.

#### **4.6 Experiências de Projetos dos Municípios**

Vivemos numa era de mudanças rápidas, vivemos numa economia baseada no conhecimento, onde trabalhadores de bom nível educacional resistem aos comandos e exigem autonomia. “Vivemos numa era de nichos de mercado, com consumidores habituados a uma alta qualidade e a uma ampla escolha. Neste ambiente as instituições burocráticas, públicas e privadas, que se desenvolveram durante a era industrial, parecem-nos cada vez mais deficientes. O ambiente contemporâneo exige instituições cada vez mais flexíveis e adaptáveis (OSBORNE e GAEBLER, 1994)”. Com base nas palavras dos autores citados, entendemos que através da perspectiva da inovação e com métodos de criatividade na gestão de pequenos municípios é possível pensar em enfoques interdisciplinares e orientação para o desenvolvimento integrado construído sobre as bases da sustentabilidade ambiental. Para isso destacamos algumas idéias abaixo:

- Assumir iniciativas na busca de soluções para problemas existentes no município, empoderando e focando as ações no indivíduo e não somente no coletivo.
- Pensar melhor as ações executadas e monitorá-las durante o ano.
- Promover articulações com outros e novos arranjos institucionais, destacando a temática das parcerias, vínculos e alianças.
- Extensão e humanização em nossos serviços.
- Trabalhar com a participação da população nas intervenções que se queira fazer.
- Considerar as características culturais regionais, valorizando-as, incentivando-as e resgatando a utilização de tecnologias populares tradicionais.
- Implantação de redes de atores e entidades, mobilizando-os em torno de problemas e interesses públicos, pois a articulação em rede se constitui, por si só, numa inovação em relação à participação da sociedade em decisões e

representações de uma comunidade. O que se pode considerar é que uma inovação tem uma relação direta com uma mudança.

No mundo contemporâneo, as mudanças e inovações têm grande importância na transformação e melhoria da qualidade de vida de pessoas, comunidades, vilas e povos, que caminham buscando ideais de crescente desenvolvimento, com maior justiça, oportunidades, liberdade e felicidade. Tais idéias podem ser atingidas de forma mais ou menos rápida, dependendo das concepções e das práticas gerenciadas e colocadas em ação. As mudanças alteram, criam e ampliam práticas, valores e pressupostos.

Cito nesta etapa uma experiência do município de Vera Cruz, relatada por uma gestora escolar em uma entrevista de vídeo para esta pesquisa:

Neste sentido caminham algumas escolas do município de Vera Cruz, cuja experiência e palavras relatamos:

**Escola e CPM:** A escola deve participar de todo o processo, ela deve em primeiro lugar questionar os pais sobre, que saber que gostariam que seus filhos aprendessem na escola além do bê-á-bá. Propomos em primeiro lugar que os pais se sintam á vontade para falar durante as assembléias e as tornamos mais freqüentes. Nestas, cada CPM tem seus líderes como também a escola os possui na figura do diretor.

**Assembléias:** Se pensou em assembléias, onde se mostre que no meio onde vivem existem várias coisas positivas, precisa em primeiro lugar resgatar a autoestima deles, a valorização do lugar onde vivem, só depois partir para o debate e questioná-los sobre porquê seus filhos precisam estudar para sair do interior ou porque há tanto êxodo rural. Trazer a reflexão e devolver a eles como acham que poderíamos estar contribuindo com a comunidade.

**Mobilização:** Penso que o primeiro passo é mobilizar os professores para que percebam que aquele espaço é deles, pois com os professores motivados vamos conseguir reproduzir as ações na comunidade escolar. Os professores precisam liderar de uma forma motivada.

**Capacitação Permanente:** Passamos o ano todo capacitando-os para que resgatem o trabalho nas famílias, agora no final do ano lançamos a segunda etapa do programa, mas se adere quem quiser e se sentir preparado.

**Papel dos gestores escolares e professores:** Acredito que muitos dos problemas que enfrentamos estão no gestor escolar, em sua resistência as coisas novas. Posso relatar a história de um menino que faltou a aula, pois seu pai precisou de sua ajuda para salvar um terneiro que estava nascendo. No outro dia a sua professora deixou-o de castigo e repetiu várias vezes que ele não podia faltar às aulas, ela não pensou em trazer o fato para dentro da sala de aula e se aproveitar do acontecido para ensinar coisas novas.

**Dificuldades do programa:** constantes mudanças no quadro de professores, mas sempre damos preferência a quem seja da localidade porque é quem melhor conhece a realidade a ser transformada.

**Papel da Educação Ambiental no Desenvolvimento do Município:** pode ajudar neste processo desde que o sujeito se perceba inserido na comunidade e valorize o seu trabalho perante ela e seu espaço dentro dela de maneira que sempre busque por algo mais. “Em primeiro lugar, o município é cada família, e se cada família cuidar do seu território nós já estamos evoluindo (Entrevista - Supervisora de Ensino do Município de Vera Cruz, 10/10/2011).

A elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazo. A contribuição mais significativa de alguns dos participantes qualificados sobre este aspecto está destacada nos parágrafos a seguir:

**Primeiro:** Citando-os literalmente, nos explicam que a princípio, a Educação Ambiental não é nada mais do que o ensino com o Meio Ambiente. Porém, também explicam que no passado, não muito distante, as maiores descobertas foram feitas observando e pesquisando a complexidade e a simplicidade do Meio Ambiente.

**Segundo:** Utilizando-se o ambiente como ferramenta das demais áreas da ciência, aprendemos a conviver, conhecer e respeitar o Meio Ambiente da forma em que ele se apresenta neste momento, tanto no passado e como nos projetos para o futuro. Um tipo de educação como este muda conceitos, torna a educação mais crítica e modifica hábitos que certamente mudarão a realidade da qualidade ambiental, da qualidade de vida dos seres humanos.

**Terceiro:** E fazendo uso das palavras de Atico Chassot (2001), sobre o que não podemos ter dúvida, é de que “não são com as ações pontuais que vamos mudar os atuais valores quanto ao ambiente, e sim qualificando os professores para que aprendam junto com os alunos a complexidade do ensino e do meio ambiente, pois os professores que estão hoje nas salas de aula não tiveram formação quanto a “alfabetizar com o Meio Ambiente”.

## 4.7 Educação Sócioambiental

‘O que define a Educação Socioambiental é sua responsabilidade social, seu compromisso com a solução de problemas, sua capacidade em desenvolver um enfoque compreensivo e holístico do projeto de vida do homem, abrangendo todos os níveis da experiência (DIAS, 2005 p 87)’.

Tomando-se por base as palavras de Dias (1993) pode-se afirmar que segundo nos explicavam os participantes desta rodada de debates e análise dos programas institucionais de EA:

- 1) Do ponto de vista da produção do saber, ter uma educação específica voltada ao meio onde vivemos é fundamental para fomentar ações que levam a uma relação equilibrada entre nós e o meio ambiente.
- 2) Será de suma importância preparar as pessoas com conhecimentos suficientes e valores éticos que as qualifiquem para uma função social e produtiva na comunidade com uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de proteção ao meio ambiente.
- 3) É nítida a importância de o processo escolar atuar em conjunto com uma educação específica voltada ao meio de uma comunidade ou de um município, para que se possa formar indivíduos capazes de intervir e estimular o desenvolvimento local sustentável.
- 4) A proposta deve considerar a realidade do local, estar de acordo com a cultura da população e adaptada há política de desenvolvimento do município. 5) Existe a convicção de que as ações de cidadania ambiental devem começar onde se mora e se vive e só depois se estender para o restante do município.
- 5) A sensibilização e a conscientização da comunidade local sobre os valores e comportamentos ambientais levarão a uma melhor convivência dos cidadãos com o meio ambiente, buscando melhorar a qualidade de vida de todos e conseqüentemente aumentando o desenvolvimento local do município.

Conseqüentemente e de acordo com as experiências coletadas durante a realização das oficinas nos três municípios, junto com os professores e gestores escolares, será necessário que se utilize estratégias sociais para eficientemente envolver a população local, o que pode ser conseguido com a capacitação de grupos da comunidade, patrulhas locais que possam atuar como agentes transformadores da realidade, por meio da Educação Ambiental.

#### 4.8 Modelos de Sistemática: Uma Proposta de Mapa Conceitual

A apresentação de um mapa conceitual que forneça o caminho para que mais escolas e municípios possam aderir ao modelo proposto é considerada uma ferramenta que pode orientar e incentivar a aplicação de Programas e Projetos que repensem a linha de desenvolvimento que o município busca atingir, facilitando a compreensão do processo em relação ao Desenvolvimento Local.

##### 4.8.1 Sugestão de Metodologia para a Gestão Educacional do Município:

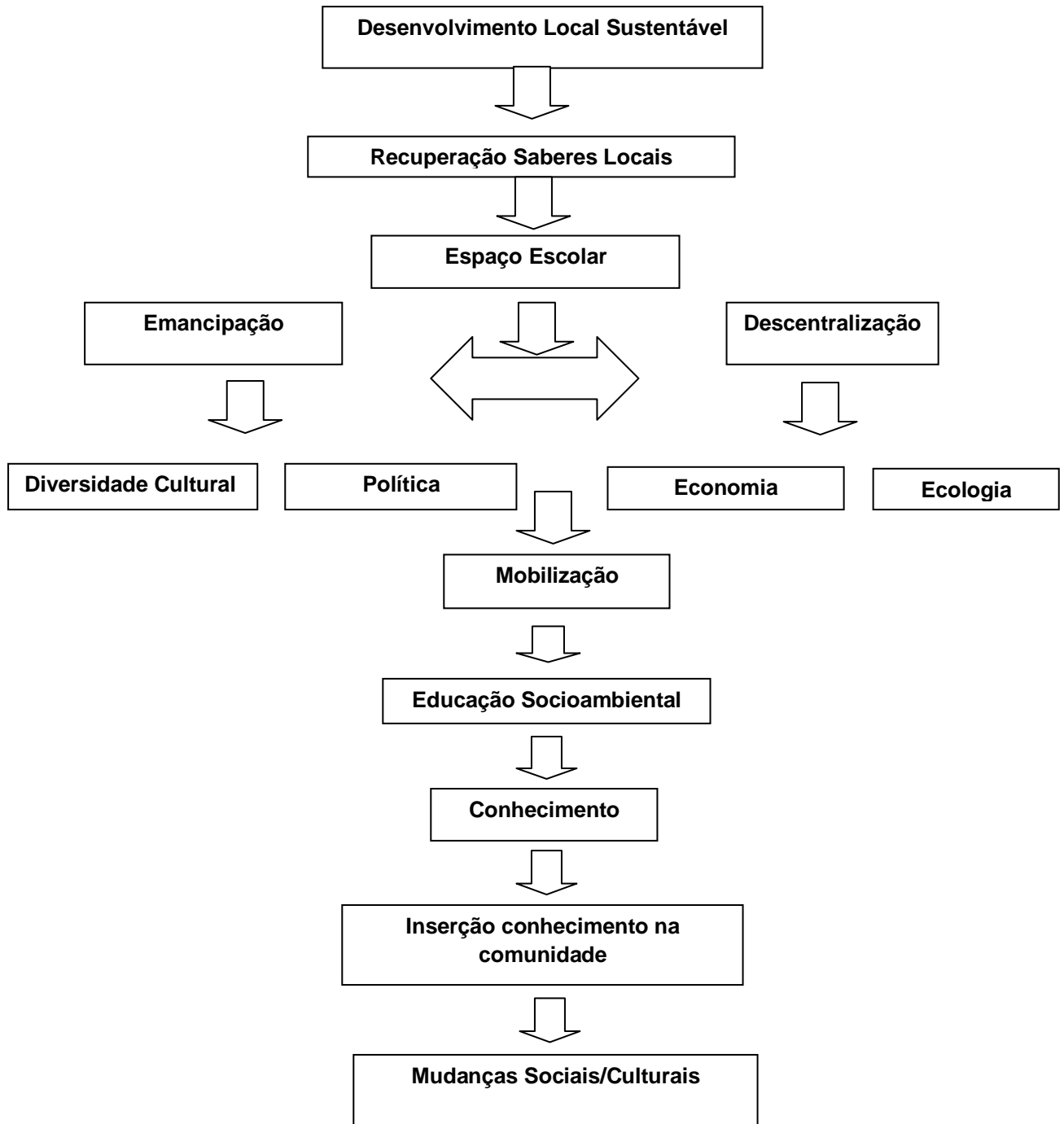
Quadro 3 – Gestão Educacional

<b>SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	<b>SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO</b>
<p>Função exclusivamente pedagógica, Organizar os agentes educativos, Treiná-los e integrá-los á gestão do município, Organizar reuniões semanais da equipe com os demais secretários, Reuniões com o prefeito/a, Auxiliar no exercício da função do agente em relação a comunidade e escola.</p>	<p>Função administrativa Organizar a estrutura escolar, professores, transporte, merenda... Deliberar recursos, Participar ativamente do exercício de gestão da escola com os diretores e presidentes de COM.</p>
<p>OBS: As duas secretárias precisam interagir constantemente entre si, para ajustar detalhes e promover uma educação em todos os sentidos no município, não somente na escola.</p>	

Fonte: Elaboração da Autora

#### 4.8.2 Mapa Conceitual

Segue o mapa com conceitos que poderão ser discutidos e gerenciados pelas Secretarias de Educação antes da implantação do modelo nos municípios.



Fonte: Elaboração da Autora

**4.8.3 Descrição de como utilizar o mapa:** Na fase de planejamento, as equipes da Secretaria de Educação, junto com os demais gestores da prefeitura precisam decidir sobre a implantação desta sistemática e sobre a adoção de sua metodologia. Esta decisão significa investir também em infraestrutura e profissionais capacitados para dar seguimento às ações nas escolas e comunidades. Este planejamento inicial é muito importante para ver se o programa educacional terá suporte da prefeitura depois de sua implantação, seja ela financeira, política ou social.

O programa sugere que as diferentes culturas e identidades da população do município possam ser abrangidas, mobilizadas para a participação. Esta participação automaticamente se reverterá em ações socioambientais, educativas e informativas para que a própria comunidade possa reverter seus problemas em grandes ações e desta maneira colaborar para resolvê-los.

Aos poucos, consegue-se como resultado da interação dos projetos escolares com a comunidade, a promoção de conhecimentos específicos e capazes de atuar em favor dela, resolvendo problemas, criando soluções, estabelecendo prioridades, praticando a democracia, entre tantos outros que aguardam por soluções políticas e que poderiam estar sendo atendidos pelas próprias pessoas da comunidade.

## 5. CONCLUSÃO

Depois de coletados os dados com as diferentes experiências dos gestores escolares nos três municípios pesquisados, prevalece o entendimento de que para transformar os saberes locais em educação ambiental e projetos socioambientais que sirvam de base ao desenvolvimento de municípios será necessário capacitar alguns agentes educativos que promovam este intercâmbio de informações entre a comunidade e a escola. Assim como os Agentes de saúde possuem a função de integrar as famílias no cuidado à saúde e prevenção de enfermidades, os agentes educativos também teriam a missão de possibilitar diagnósticos da comunidade, recuperar os saberes locais e integrar este conhecimento à escola, que por sua vez seria a responsável por incluir as ações de transformação no currículo escolar.

Desta maneira, promover um Desenvolvimento Local é essencial, pois ajudar as populações envolvidas a se organizar e a se educar, para que repensem seus problemas e identifiquem as suas necessidades e os recursos naturais que estão aí envolvidos é um grande estímulo propulsor à sustentabilidade deste meio. A experiência desenvolvida ensina que cada localidade do município precisa ser compreendida como um ecossistema único que além dos aspectos gerais, considera de maneira particular os dados ecológicos e culturais do próprio local para otimizar seu aproveitamento, evitando as ações degradadoras e articulando a isto a melhoria da qualidade de vida através do incremento da produtividade, com o objetivo de manter em equilíbrio ao ecossistema onde se realizam estas atividades.

Deve-se começar pelo processo educacional, porém isto não significa que precisa ser através das escolas, afinal elas são somente uma instância da educação. Existem muitas outras instituições que precisam ser atingidas: associações de Pais e Mestres (CPM); entidades não-formais de educação, coletivos de mulheres, terceira idade, grupos de jovens, comitês de bacia, etc.

A convivência com os grupos de professores e gestores e os escritos de Barreira Filho et.al. (2004, p. 93) nos mostram, que uma idéia que não podemos deixar de lado quando debatemos a nível municipal a questão do Desenvolvimento Local “é que este passa pelo processo do uso dos potenciais endógenos das



comunidades (saberes, experiências, tecnologias) a partir dos quais pode-se construir e gerir dialeticamente o desenvolvimento, que tenha como base fundamental a participação democrática dos membros da comunidade e a busca pela melhoria de vida dessas pessoas, respeitando o meio ambiente”.

Além disso, não podemos esquecer que o lugar é o local onde ocorrem as grandes transformações, porque é vida, sentidos e sentimentos. É nele que se concretizam as relações humanas/sociais e carrega sentido de identidade e de poder, e é pelo desenvolvimento do poder que o lugar se torna território apropriado pela comunidade. O lugar é o fundamento; sem ele não existiria a sociedade. Evidencia-se, portanto que a discussão sobre Gestão e Desenvolvimento Sustentável passa sempre pelo lugar ou local.

A pesquisa nos permite ainda pensar a Educação não apenas dentro da escola, mas projetada para a comunidade e para o município, para os quais forma cidadãos capazes e comprometidos com a cidadania, com o desenvolvimento econômico e pela preservação dos recursos naturais que ainda restam.

## REFERENCIAS

AZIS AB' SABER. [Entrevista concedida á Revista Nova Escola de Janeiro de 2001, publicada no site: [aprendizesdanatureza.blogspot.com/.../entrevista-com-aziz-absaber.html](http://aprendizesdanatureza.blogspot.com/.../entrevista-com-aziz-absaber.html) Acesso no dia 10/11/2011.

BARREIRA FILHO, Enildo B. e FURTADO SAMPAIO, José L. (2004) Sustentabilidade Ambiental: Discutindo o lugar. Em: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004. p.89-94.

BRINCKMANN, W.E. (2009). **Mobilização: Ato de Colocar-se em Movimento e Multiplicar-se Multiplicando**. Artigo resultado do projeto: Mobilização Social. (Re)Ordenamento Do Território E Gestão Das Águas Em Áreas Urbanas E Periurbanas Da Bacia Hidrográfica Do Rio Pardo (REDE MOBILIZA). Artigo Inédito.

BRINKMANN, W. & MUELLER C. C. **Mobilização e Formação de Educadores Ambientais: Desafios para o processo de Gestão das Águas por Bacias Hidrográficas, RS, Brasil** – Apresentação no VII Congreso Ibérico sobre Gestión y Planificación del Agua “Ríos Ibéricos +10. Mirando al futuro tras 10 años de DMA” 16/19 de febrero de 2011, Talavera de la Reina – Espanha.

BUARQUE, SÉRGIO. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável**. Recife, IICA, 1995 (mimeo). Publicado pelo IICA como Desarrollo Sostenible – Metodología de Planeamiento Experiencias del Nordeste de Brasil. San José, Costa Rica : BMZ7GTZ-IICA , 1997a.

CAPRA, FRITJOF. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2002. 296 p.

CHASSOT, A.I. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. Editora Unijuí, Ijuí/RS 2001.

DIAS, GENEVALDO FREIRE. **40 contribuições pessoais para a sustentabilidade**. São Paulo: Gaia, 2005.

FREIRE, C. C. DE OMENA, S. P. F. **Princípios de Hidrologia Ambiental** In: CNPq, Ministério de Ciência e Tecnologia, CTHidro, UFSC-UFAL. Curso de Aperfeiçoamento em Gestão de Recursos Hídricos, 2009. Módulo I, p. 01-10.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **Os escravos mecânicos**. São Paulo: Nobel, 1975

FREIRE, PAULO. **Educação e Participação Comunitária**. Editora Inovação, São Paulo, 1996, pag. 312.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Editora Guanabara, Rio de Janeiro. 1989.

JACOBI, PEDRO (2003). **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cad. Pesquisa, São Paulo, n. 118, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 20/10/2010.

JACOBI, Pedro Roberto; PINHO, José Antonio (Org.). **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 204 p.

LAYRARGUES, P.P. **(Re)conhecendo a educação ambiental brasileira (apresentação)**. In: Ministério do Meio Ambiente. Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Edições MMA. 2004.

MEDINA, NANÁ MININNI. **A Formação dos Professores em Educação Ambiental** In: Oficina Panorama de Educação Ambiental no Brasil (28 e 29 de março de 2000) MEC/SEF; Coordenação-Geral de Educação Ambiental.

SATO, Michèle; SANTOS, José Eduardo. **Tendências nas pesquisas em educação ambiental**. In NOAL, F.; BARCELOS, V.; REIGOTA, M. (Orgs.) Construindo a Educação Ambiental. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003 (no prelo).

MOLL, J. **Histórias de Vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade**. Petrópolis: Vozes, 2000

MORIN, EDGAR. **O método: O conhecimento do conhecimento**. Volume 3, Publicações Europa-América, 1992.

OSBORNE, D., GAEBLER, T. **Reinventando o Governo**. Brasília: MP Comunicações, 1994.

PHILIPPI, ARLINDO J. & PELICIONI, MARIA C.F. **Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos**. 2ª Edição, Editora Signus, Universidade de São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental, 2002.

QUINTAS, JOSÉ SILVA. **Introdução à gestão ambiental pública / 2ª ed. revista**. Brasília: Ibama, 2006.

PALESTRA DE JOSÉ PACHECO, **A Metodologia da Escola da Ponte**. Proferida através de videoconferência para a Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC em 21/09/2011.

REVISTA PLANETA: **Mundo Superlotado Somos 7 Bilhões e Agora?** Edição 465 Junho de 2011, São Paulo, Editora Três Ltda, Pág 7 a 9.

THIOLLENT, MICHEL et al **Metodologia da Pesquisa-Ação** 5ª Edição, Editora Cortez, São Paulo, 1992.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão**. Editora Nobel, São Paulo, 1988.

VASCONCELOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudanças por uma Práxis Transformadora**. Editora Liberdade, São Paulo, 1998.

VALE DO SOL (RS) Prefeitura. Plano **Ambiental do Município**. Elaborado em 2009, pág. 57.

## ANEXOS



Figura 5: Oficina de Trabalho realizada no Município de Vera Cruz

Fonte: Registro Fotográfico da Autora



Figura 6: Oficina de Recuperação de Saberes Locais

Fonte: Registro Fotográfico da Autora



Figura 7: Oficina de trabalho realizada no município de Vale do Sol/RS

Fonte: Registro Fotográfico da Autora